

# Teorias contemporâneas da religião: instituições e *ethos*

## *Contemporary theories of religion: institutions and ethos*

João Décio PASSOS<sup>1</sup>



0000-0003-4390-0423

### Resumo

Como qualquer ciência, a que estuda a religião encontra-se em construção permanente nas dimensões práticas e institucionais. As ciências evoluem em suas teorias e métodos, passando sempre da investigação ao status de ciência normal, reconhecida por uma comunidade acadêmica. O critério epistemológico e a decisão política instituem a ciência. No Brasil, a ciência da religião posiciona-se de maneira original nesse processo no decorrer de sua história e na conjuntura brasileira. Este artigo reflete sobre essa identidade em construção no âmbito da comunidade acadêmica nacional e apresenta os desafios para as Instituições de Ensino Superior que se dedicam a essa área de conhecimento.

**Palavras-chave:** Área 44. Academia. Ciência da Religião. Construtivismo. Epistemologia. Institucionalização.

### Abstract

*Like any science, studies of religion are permanently under construction, in both practical and institutional dimensions. Sciences evolve in their theories and methods, always moving from the investigation to the status of a normal science, recognized by an academic community. They are instituted by epistemological criteria and political decisions. In Brazil, the Science of Religion positions itself in an original way in this process throughout its history and within the different conjunctures. The article reflects on this identity under construction within the national academic community and presents the challenges for the Higher Education institutions dedicated to this area of knowledge.*

**Keywords:** Area 44. Academia. Science of Religion. Constructivism. Epistemology. Institutionalization.

### Introdução

O título da reflexão aponta para uma questão fundamental das ciências (para a epistemologia geral) e para a situação atual da ciência da religião (epistemologia da ciência da religião). Em outros termos, quer provocar a reflexão sobre o processo de institucionalização das ciências, o que indica e

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Faculdade de Ciências Sociais. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: <jdpassos@pucsp.br>.



pressupõe um conceito de ciência como atividade em permanente construção e desafia a olhar a ciência da religião, no seu estado atual, na comunidade científica nacional e nas comunidades acadêmicas. As teorias contemporâneas da religião podem e devem ser localizadas na passagem do *ethos ao institucional*, da prática que gera a ciência na pesquisa e mesmo no ensino da disciplina e na área institucionalizada na comunidade científica e nas Instituições de Ensino Superior (IES). Toda ciência se faz nessa passagem permanente e aprende-se com as investigações e com os processos de organização político-acadêmica, com os erros e com os acertos.

À medida que aprendemos com os erros cometidos, nosso conhecimento aumenta – embora possa acontecer que não tenhamos consciência (ou segurança) disso. Como nosso conhecimento cresce, não há razão para desesperar da razão. E como nunca podemos saber com certeza, não poderemos também adotar uma atitude autoritária, pretenciosa ou orgulhosa em relação ao que sabemos (Popper, 1972, p. 17).

A reflexão segue essa conduta epistemológica enunciada por Popper: localiza a Ciência da Religião (CRE) em um processo de construção que é tecido na circularidade entre a prática e as fixações/organizações institucionais como ciência normal, no âmbito da comunidade acadêmica nacional. O olhar será focado em categorias da epistemologia geral e outro em alguns elementos que configuram a área 44 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), onde a CRE se aloca como ciência e busca afinar sempre mais sua identidade. As ciências vão sendo construídas no decorrer da história em um processo aberto, marcado por possibilidades e limites, por unidade e pluralidade, por superações e renovações. A atualidade da CRE no Brasil exemplifica de modo emblemático essa realidade e desafia todos os envolvidos às construções epistemológicas por meio dos recursos acadêmicos e políticos.

## A ciência como construção

Se a consciência científica atual, formada pelos ensinamentos dos epistemólogos do século passado, afirma, sem dúvidas, que as teorias e os métodos científicos são construções históricas, não parece, entretanto, tirar a consequência necessária de que as ciências são construções permanentes e provisórias, marcadas ao mesmo tempo por parâmetros epistemológicos e políticos. Isso significa afirmar que se trata de uma atividade em trânsito e não de uma conquista definitiva: portanto, que as ciências são, ao mesmo tempo e sem contradição, investigação aberta e parâmetro instituído. Em outros termos, as ciências são *ethos* e instituição, pesquisa e disciplina, área de conhecimento e objeto de estudo, dúvida e certeza, e, no fim, erro e acerto. No *ethos* se dá o fazer científico concreto no contexto da pesquisa e da divulgação científicas; dele recolhe-se a ciência em ação que vai sendo construída/desconstruída no decorrer do tempo, como todo conhecimento. Afinal, como insiste Bachelard (1996), no meio da ciência haverá sempre zonas obscuras, cavernas onde ainda há sombras. É necessário superar certo senso comum científico que, sob as seguranças institucionais, esquece e até mesmo rejeita o dado da evolução contínua da ciência; ou seja, da superação de si mesma. Na institucionalização localiza-se a chamada ciência normal, acolhida, reconhecida e oferecida como área de conhecimento legítima e necessária por sujeitos que a fazem e militam por apresentá-la como ciência com arcabouço consistente. A ciência normal é aquela constituída com legitimidade pública – ao mesmo tempo, epistemológica, política e econômica.

Nesse sentido, a passagem do *ethos* para o institucional expõe um processo político e uma dinâmica regular do fazer científico, sem o qual as ciências se inscreveriam na imagem do dogma e da

doutrina e não da busca permanente da verdade. A construção da ciência e, por conseguinte, a ciência em construção permanente, podem ser vistas como o caminho do meio entre a fixação epistemológica afirmada pelo *realismo científico* e o *relativismo científico* que nega a possibilidade do saber objetivo e de qualquer objetivação construídas por métodos seguros. O realismo científico clássico – formulado a partir do realismo aristotélico – e o moderno – formulado pelo empirismo/positivismo – edificam-se sobre a percepção da descoberta científica. A ciência seria a formulação do real como ele é. Ciência seria sinônimo de realidade. Assim, as leis e formulações científicas expressariam originalmente o que seria a própria realidade e não uma elaboração do real; formulações pautadas, necessariamente, por regras de objetivação, porém historicamente situadas. As chamadas ciências da natureza ainda flutuam nessa ilha de segurança, em meio à inevitável fluidez da história do pensamento e das explicações. A afirmação de que a *ciência é o real* agrega cientistas naturais e o próprio senso comum científico. A ciência chega, portanto, ao próprio real, na medida em que descobre aquilo que a constitui e que lá se encontrava escondido desde sempre até que o cientista o descubra por força de sua genialidade e/ou esforço profissional. Contudo, a última formulação, mais verdadeira por ser a mais real, declara-se assim até que seja superada por outra mais próxima do real – em termos popperianos, até que seja falsificada. Essa dinâmica fica exposta ao processo histórico da “evolução” dos paradigmas tanto nas ciências exatas como nas demais ciências naturais (Kuhn, 2001). A ciência é a conquista do real mediante a formulação precisa, capaz de dizer exatamente a natureza de um determinado objeto (van Fraassen, 2007).

No polo oposto reside o relativismo científico, resultado radical do construtivismo científico. Sua máxima: já que tudo se supera na linha do tempo e já que distintos paradigmas convivem nas ciências humanas, toda afirmação de uma objetividade e de uma objetivação científica se mostra impraticável e, até mesmo, falsa. O relativismo termina por negar o próprio método objetivo e cria uma prática científica marcada unicamente pelas incertezas, restando uma mera regra de linguagem que institui o signo científico, mas um signo entre todos os que são construídos pela cultura de um modo geral. Sem qualquer objetividade, as ciências são imaginadas como um jogo cognitivo capaz de oferecer uma interpretação sempre relativa da realidade. O real permanece inacessível e as ciências constituem um mundo próprio, fato cultural como qualquer outro, porém construído com semântica própria. Fazer ciência nada mais é do que reproduzir um jogo semântico, aprender um idioma e exercitá-lo sem possibilidade de dizer o que é real e de afirmar uma gramática normativa universal. A obra conhecida de Feyerabend (2007), *Contra o método*, pode ser inscrita como representante dessa postura.

O construtivismo científico se apresenta como o caminho do meio. Nem realismo, nem relativismo. As ciências são construções permanentes que formulam, de modo regrado e coerente, a realidade, mas jamais se identificam ou codificam de modo exaustivo o seu objeto (Fourez, 1995). Trata-se de modelos construídos com regras específicas que vinculam a formulação ao objeto, porém sempre relativos ao tempo e espaço e, portanto, em permanente revisão. Nessa empreitada podem ser observadas: (a) a inevitável relatividade dos modelos, já que todos eles são construções historicamente situadas (econômica, sociológica e psicologicamente); (b) a relação inseparável do político (comunidade científica e órgãos governamentais) e do teórico-metodológico (a edificação das regras epistemológicas das áreas, das ferramentas metodológicas e modelos teóricos); (c) a busca permanente de institucionalização; ou seja, a passagem do pré-paradigmático para o paradigmático (Fourez, 1995).

A CRE não constitui uma exceção nesse panorama epistemológico amplo. As três posturas se fazem presentes em sua prática desde as suas origens. A cobrança de um estatuto próprio é, por um lado, inevitável e necessário, e, por outro, uma ilusão do paradigma construído e fixo. O realismo científico reivindica seu lugar nos quadros instituídos: nas categorias formuladas que, combinadas num conjunto

amplo e coerente, compõem as teorias; nas disciplinas que se estruturam em torno de determinadas especificidades e que conquistam legitimidade pública na comunidade científica e na sociedade e nos cursos que são oferecidos como formadores de especialistas nas áreas. Nessa esfera, a CRE afirma-se como área e como ciência definidas, onde a dúvida não tem espaço por desautorizar a própria legitimidade e a institucionalidade. A imagem de um modelo de CRE que já nasceu pronto e que exclui a pluralidade e a construção permanente está presente entre nós. De fato, do ponto de vista social e político, toda ordem instituída existe para exibir uma determinada identidade como legítima e fazer a defesa de sua legitimidade perante os grupos interessados, mas, nesse quesito, parece pesar sobre a CRE uma vigilância epistemológica redobrada, tendo em vista a suspeita permanente de que não se trata de uma ciência integrada aos cânones regulares<sup>2</sup> ou de uma abordagem que se esforça para mostrar sua distinção em relação à Teologia, “irmã de condomínio” nas IES e, no caso do Brasil, pertencente à mesma área no sistema Capes. A CRE encontra-se, ainda, em uma fase de apologética epistemológica, comprimida entre os que veem nela uma secularização perigosa para a teologia e os que a consideram uma falsa ciência. Duas imagens científicas pesadas e uma ação: o paradigma clássico, teológico ou filosófico de um lado, e o paradigma positivista de outro. Nessa condição desconfortável, a CRE ainda necessita demonstrar sua autenticidade e, muitas vezes, apresentar-se com tamanha clareza e isenção que beira o “mito da neutralidade científica” (Japiassu, 1975). Muitas vezes é exigido um status de realismo científico inflacionado: a CRE tem que afirmar o que é a religião, no singular, e, de modo definitivo, tem que demarcar um território rigorosamente isolado das demais ciências humanas, ter um método original que dispense, por sua autorreferencialidade, os métodos praticados por outras ciências, constituir um corpo teórico puro que lhe garanta legitimidade, e assim por diante.

O relativismo também não está tão longe da CRE; ao contrário, instala-se em suas práticas na medida em que evita o corte epistemológico, por exemplo, entre o conhecimento êmico e o estudo científico, seja na indistinção entre os conhecimentos místicos e a ciência, ou, no caso mais comum, entre Teologia e CRE. Em muitas IES essa distinção é evitada em nome de critérios mais pragmáticos que epistemológicos. Nesse caso, evita-se o enfrentamento de sua cientificidade e praticam-se misturas que podem se configurar em posturas religiosas apologéticas e esoterismos disfarçados. Não basta estudar religião para que isso seja identificado como uma prática de CRE. A distinção entre os conhecimentos êmicos e acadêmicos é de maior urgência na CRE. O estudo êmico pode ser de dois tipos: a gnose, que ensina o caminho de acesso à verdade oferecida pelo sistema de crenças, e o teológico, que articula as duas vias: a da gnose e a da razão. Assim nasceram as teologias do passado e nascem as do presente com seus variados modelos. Expectativas nas duas direções habitam os Programas e até mesmo as pesquisas em CRE. A busca da mediação científica com intuítos apologéticos, assim como a prática indistinta de CRE e da Teologia, podem ser verificadas em muitas dissertações e teses e até mesmo nas práticas curriculares. A passagem ou ruptura do *êmico* ao *acadêmico* se mostra mais desafiante para a CRE por conta de seu próprio objeto contaminado por paixões e opções de fé. O risco da mistura ronda, sem dúvidas, as práticas acadêmicas e pode contribuir com a reprodução das ondas irracionais que tem ocorrido nas ciências com os chamados conhecimentos alternativos e com as terapias alternativas (Japiassu, 1996). Talvez o antropólogo não vivencie essa cobrança na mesma intensidade, sendo que em sua práxis – e até mesmo em seus métodos –, a relação com as alteridades constrói posicionamentos muitas vezes militantes por parte de seus profissionais. No caso, a reprodução do êmico soma a favor e não contra (Camurça, 2018).

<sup>2</sup> Vale lembrar o veto da presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Bonciani Nader, sobre a nomenclatura ciências da religião no Conselho Superior da Capes em 2015. A presidenta alegava que o termo “[...] abria margens a alguma ciência que, na verdade, fosse religiosa, ou a alguma religião que quisesse ser ciência” (Stern, 2018, p. 79).

Mas o fato é que, como toda ciência, a CRE se encontra em permanente estado de construção, superando e construindo modelos teóricos, ensaiando configurações curriculares, criando disciplinas e nomenclaturas, organizando foros em que a área se apresenta com sua identidade e potencialidade. Os Programas de Pós-Graduação e, evidentemente, os cursos de graduação, vão oferecendo imagens científicas da CRE em suas abordagens, disciplinas e currículos. Há de se observar que, na grande maioria, eles nasceram e se estruturaram com o auxílio de profissionais oriundos de outras áreas das ciências humanas, mesmo que um estatuto singular de CRE fosse previamente professado e construído. A diversidade visível nessas ofertas revela de modo emblemático os processos de construção epistemológica de uma ciência específica, assim como desafia os pesquisadores à construção de consensos mais afinados sobre a identidade em jogo. As ciências são construídas em ensaios, fixações e imagens que não podem dispensar os equívocos; elas avançam superando os erros, como já ensinava Bachelard (1996, p. 17) “[...] no fundo, o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos [...]”.

## A necessária ruptura epistemológica

O estudo da religião é, antes de tudo, científico. Ele foi sendo construído no âmbito das ciências que tomavam forma no século XIX, mas que deitavam suas raízes nos séculos anteriores e que reivindicavam a condição de objeto comum ao religioso, fora dos velhos parâmetros da metafísica e da dogmática. Tanto na tradição racionalista quanto na empirista, a religião foi sendo apropriada como fato ou fenômeno humano – natural – sem qualquer exceção ou exclusividade dogmática. Aqui a ruptura não era somente epistemológica, mas também política, tendo em vista a velha hegemonia das igrejas na investigação dedutiva e no ensino de suas tradições, entendidas, evidentemente, como verdades universais por serem reveladas ou por serem de natureza metafísica. De ruptura em ruptura e sob a vigilância política das instituições religiosas e estatais, a ciência dedicada ao religioso adquiriu estatuto próprio ainda no século XIX, afirmando-se como: (a) objeto comum de estudos quanto aos demais objetos “naturais”; (b) objeto de estudo das academias, fora dos espaços eclesiais; (c) objeto natural e universal que supera o etnocentrismo euro cristão; (d) objeto universal que se prima pelo método da comparação, tendo em vista as religiões então conhecidas do oriente e do novo mundo; (e) objeto abordado pelas diversas áreas em constituição das chamadas “ciências do espírito”, psicologia, história, sociologia etc; (f) disciplina própria que se apresenta com nomenclatura e processos de institucionalização, como historia das religiões, fenomenologia da religião e ciência da religião.

A construção gradativa e sem roteiros prévios marcou e marca a formulação das ciências de ontem e de hoje. As rupturas epistemológicas revelam as seguintes direções: (a) da abordagem clássica (teologia e filosofia); (b) dos métodos dedutivos que cedem lugar ao método empírico; (c) das disciplinas das ciências humanas que vão se institucionalizando. As rupturas verticais exigiam a construção de método próprio. As rupturas horizontais – com as disciplinas instituídas – exigiam demarcações institucionais, como área e nomenclatura próprias.

A ruptura com os obstáculos epistemológicos que marcam a evolução e o exercício das ciências, conforme expõe Bachelard (1996), não explica somente a dinâmica diacrônica dessa construção, mas também seu espírito permanente: a ruptura constante com o que vai sendo fixado como ciência normal. A passagem da ciência pré-paradigmática para a ciência paradigmática – ciência normal – ocorre na medida em que *pesquisa-ensino-publicização-institucionalização* são assumidos como contextos ou

frentes do exercício científico que atuam numa circularidade retro alimentadora de uma ação sobre a outra (Echeverría, 1995). Assim, as ciências são construídas ao longo da história e vão sendo feitas e refeitas no decorrer do tempo.

No Brasil, a CRE é ainda adolescente (apenas meio século) e busca sua identidade institucional em meio a lutas epistemológicas que revelam, ao mesmo tempo, roteiros e estatutos muitas vezes vagos e territórios pouco definidos, no caso da área 44 da Capes, dos Programas de Pós-Graduação, dos cursos de graduação e dos veículos de divulgação. Trata-se de uma área em construção, como todas as outras, porém sob a urgência de exibir sua identidade e, sobretudo, sua utilidade social com egresso com perfil definido. Por um lado, padece da mesma condição de todas as ciências. O que se definia como ciência ou área X no passado vai sendo redefinido a ponto de recriar as próprias árvores do conhecimento no âmbito das comunidades científicas e das agências governamentais. Por outro lado, recém-saída do seio seguro e milenar da filosofia, tem suas peculiaridades decorrentes de sua jovialidade. Ainda busca uma identidade que carece de consenso não somente na nomenclatura<sup>3</sup>, mas nas estruturações curriculares que expressam as mais variadas concepções sobre o estudo científico da religião. Ainda há quem afirme uma indistinção epistemológica entre CRE e Teologia e que julgue necessária a construção de uma epistemologia comum; os que misturam conhecimento religioso (de matrizes diversas) com CRE na sequência da longa tradição da gnose; os que retomam a postura apologética e buscam nos métodos científicos um meio de defender a autenticidade de seu sistema de crenças e os que propõem uma postura asséptica radical que beira a neutralidade científica. A solução tem sido mais política e institucional do que epistemológica, não obstante o estudo científico da religião avance para o seu segundo século.

## A construção permanente

A passagem do *ethos* ao *institucional* constitui a regra de todo fazer científico e ensina que a ideia de uma ciência acabada não passa de uma ilusão epistemológica. Queiram ou não, as ciências estão sempre em passagem. O *ethos* é o espaço vital onde a pesquisa tem papel central e a divulgação científica dá o primeiro passo para as institucionalizações curriculares e político-acadêmicas. A área 44 será, nesse sentido, provisória e, de fato, está longe de resolver tudo o que envolve o *ethos* e a instituição da CRE. Os Programas são lugares incubadores de conhecimentos e devem manter a vigilância pela especificidade da área, superando as tendências gnósticas e teológicas. O risco do relativismo epistemológico e, por conseguinte, curricular, persiste e vai ganhando espaço em muitas instituições. Como em todas as áreas, haveria espaço para uma pluralidade de práticas, baseadas em algo fundamental, que possam ser chamadas de ciência.

As religiões são muito determinantes para a vida individual e social para serem deixadas por conta dos sujeitos êmicos e dos usos políticos e ideológicos. A conjuntura atual revela de modo explícito essa relevância e clama por discernimentos urgentes.

O estudo científico da religião é uma tarefa urgente que brota da superação, de um lado, da velha apologia religiosa judaico-cristã, e, de outro, do preconceito iluminista da superação do religioso como socialmente relevante. É precisamente na ruptura com os dois obstáculos epistemológicos que emerge a ciência da religião e que se buscam os meios de institucionalização (como área, método e teorias originais e unitárias).

<sup>3</sup> Ciência da religião, ciências da religião, ciências das religiões ou ciência das religiões.

Fourez (1995) observa que as ciências evoluem de maneira não previsível, sem um manual de normas previamente estabelecido. Explica que “[...] a evolução das disciplinas científicas não corresponde a uma lógica da história pré-determinada e previsível”. Mas, ao contrário, é um processo em que “o novo é possível, assim como bifurcações imprevisíveis”, tendo em vista os condicionamentos de “um conjunto de condições sociais, econômicas, culturais etc.” (Fourez, 1995, p. 111). A CRE foi sendo construída no Brasil pelos caminhos possíveis e não sem contradições; nasceu misturada com a Teologia e com intencionalidades pastorais das igrejas que patrocinaram a criação dos primeiros cursos. A história foi revelando um processo de autodefinição que tem colocado como relevante a distinção entre CRE e Teologia e entre CRE e outras ciências humanas, e, por conseguinte, impulsionado a produção de abordagens metateóricas que ofereçam desenhos epistemológicos próprios. Hoje se pode dizer que foram alcançados patamares mais nítidos do que no passado; tanto na prática, quanto nos processos de institucionalização. Alguns obstáculos ainda não de ser superados: (a) o de uma CRE que nasceu como sistema epistemológico – teórico e metodológico – completo, com gramática e semântica próprias e com fluxograma fixo em termos de pesquisa, ensino e divulgação; (b) o de uma ciência pura, um sistema completo que explica os objetos, no caso, os objetos religiosos exatamente como eles são; (c) o de uma CRE concluída e reproduzida desde uma data fundante, à maneira de um cânon que se aplica de forma precisa em todos os contextos acadêmicos; (d) por conseguinte, a ideia de uma ciência que se desenvolve como fio retilíneo que vai se tornando mais robusto e autônomo no decorrer do tempo, na medida em que se impõe do ponto de vista do acúmulo de pesquisas, de obras e de autores; (e) a ideia de uma ciência isolada epistemológica e politicamente de outras ciências que são elaboradas no mesmo tempo e espaço.

Do ponto de vista do fazer científico já centenário, onde se encontra a CRE? No interior da grande árvore das ciências modernas, dentro das chamadas ciências humanas, operando tanto quanto as demais com tradições teóricas comuns dos grandes autores da psicologia, da história, da sociologia, da linguística, da fenomenologia, da hermenêutica etc. (Dilthey, 1986); dentro das dinâmicas metodológicas do fazer científico, operando com os empréstimos de métodos e técnicas das demais ciências dedicadas ao humano (Stengers, 1987); sendo repositória de grandes mestres/paradigmas variados que expuseram, por métodos diversos, o fenômeno religioso (Filoramo; Prandi, 1999); dentro de sua tradição própria, seguindo as vias dos estudos empíricos que avançam sobre as diversidades e dos estudos sistemáticos que estruturam o dado religioso em sua lógica interna a partir de cada objeto (Hock, 2010); dentro da área 44 da Capes, estruturada a partir de quatro eixos que direcionam a ação científica (Passos; Usarski, 2014); dentro das IES públicas e comunitárias, pesquisando, divulgando, ensaiando modelos curriculares e aprendendo sempre a fazer estudos científicos da religião.

E do ponto de vista institucional, onde se encontra a CRE? No panteão das ciências normais, porém constituída em fluxograma original nos termos da pesquisa-divulgação-ensino-aplicação, donde reside ainda a fragilidade de uma área com déficits de aplicação no mercado profissional. Na moldura nacional da área 44, direcionados numa autocompreensão como: Epistemologia, Estudos Empíricos, CRE Aplicada e Linguagens Religiosas. Essa árvore ainda se apresenta como arbusto pela idade tenra que ainda clama por traduções mais coerentes em termos curriculares, mas também por abrigar contraditoriamente práticas teológicas entendidas como sinônimas. As 4 quatro subáreas oferecem molduras, eixos e até mesmo metodologias que podem ser adotadas como construtoras da CRE em Programas de Pós-Graduação.

Muitos Programas de CRE ainda flutuam, com suas institucionalidades, em um solo movediço por carecerem de uma área de atuação profissional nacionalmente reconhecida do cientista da religião a partir dos cursos de graduação ainda dissolvidos no imenso território nacional, sob legislações mais ou menos diversas. A tarefa de afinar a identidade epistemológica dos estudos científicos da religião não está

concluída. A institucionalização de um núcleo mais nítido que possa agregar diversidades de abordagens e de currículos ainda representa um desafio para as áreas. Os critérios da área insistem na clareza do perfil do egresso, e ainda são necessárias definições mais claras a respeito. O Seminário de Ciência da Religião Aplicada, idealizado e organizado pelos estudantes de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem tido papel importante nesse desenho. No âmbito da afirmação institucional, ainda são urgentes a construção de redes efetivas que congreguem modelos teóricos que se encontram em construção; de modo concreto, a partir das 4 quatro classificações da árvore de conhecimento da CRE e de grupos de pesquisa interinstitucionais que superem os isolamentos teóricos e institucionais. As quatro subáreas desenhadas na árvore do conhecimento (Epistemologia, Estudos Empíricos, CRE Aplicada e Linguagens Religiosas) ainda não se tornaram “ciência normal” nos Programas. Uma tarefa agregadora seria aprofundá-las em foros de reflexão e de publicação como modo de estruturar as práticas e as organizações curriculares. Ainda há dívidas sociais que devem ser pensadas com urgência: a construção de espaços pedagógicos e comunicacionais que ofereçam formação sobre temáticas emergentes de religião, e as redes socio-virtuais e os canais disponíveis na rede são espaços fecundos para essa atuação. Os Programas podem construir esses espaços unindo forças e repartindo tarefas. Já existe o aprendizado e o acúmulo de pesquisas, os veículos de divulgação e foros políticos que permitem afinar a identidade e a relevância social como especialistas no estudo do fenômeno religioso.

## Considerações Finais

O estudo científico da religião nasceu, desenvolveu-se e institucionalizou-se no Brasil trilhando caminhos próprios. Diferentemente do que ocorreu na Europa, surgiu em territórios comuns com práticas teológicas e pastorais e, por essa razão, ainda exhibe ambiguidades. A área 44 configura, por certo, o resultado institucional tardio dessa origem. Nessa condição real, a CRE busca meios epistemológicos e políticos para se firmar como ciência normal fundada em estatuto epistemológico próprio. Pesam sobre ela exigências e critérios definidores para que possa romper com as endogenias e abordagens êmicas e, ao mesmo tempo, com certo positivismo que a vê como uma espécie de falsa ciência. A vigilância epistemológica de uma ciência que se distinga das demais dedicadas ao ser humano pressiona a CRE a exhibir seu estatuto perante a comunidade científica e a sociedade que consome ciências. Restarão, por certo, as delimitações de territórios comuns da CRE com a Teologia, como no caso das ciências bíblicas e da história do cristianismo, abordagens que operam sem um necessário pressuposto de fé. Portanto, ainda há o que elucidar como ciência específica, distinta da Teologia e de outras ciências humanas que se dedicam ao estudo do fenômeno religioso, em termos teóricos, nas pesquisas, nas práticas curriculares e, sobretudo, na definição do perfil do profissional cientista da religião. A sequência constitutiva das ciências *pesquisa-divulgação-ensino-profissionalização* aguarda uma dinâmica em que cada um desses contextos seja retroalimentado pelo outro na CRE. Nesse sentido, urge a construção de consensos e de práticas que articulem, antes de tudo, os cursos de graduação e pós-graduação e que busquem a constituição de matrizes epistemológicas comuns e mínimas para esses cursos e avancem na criação de frentes que evidenciem a relevância do cientista da religião.

A conjuntura atual é marcada profundamente por posturas negacionistas e conspiratórias que parecem exhibir o consenso e o fôlego da população, sobretudo por meio das redes sócio virtuais. Essas posturas tendem a afirmar a crença e desprezar a ciência, afirmar a religião e dispensar o seu estudo científico. A figura da ciência (cientista) dedicada à religião adquire maior relevância como instrumento apto à decodificação da variável religião, cada vez mais evidente nos processos políticos e culturais que

configuram a conjuntura atual. Mais do que nunca urgem ações estratégicas por parte dos Programas no âmbito da pesquisa, dos eventos de divulgação, das publicações e da criação de frentes que ofereçam a abordagem científica da religião como possibilidade de discernimento das bolhas fanáticas, do fundamentalismo e da intolerância. Nesse contexto, o reconhecimento público do profissional da CRE pode encontrar um solo fértil, o que contribuirá com a construção mais clara de sua própria identidade.

## Referências

- Bachelard, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- Camurça, M. A. Por uma perspectiva simétrica entre o saber religioso e o das ciências da religião. *In*: Silveira, E. S. (org.) *Como estudar as religiões: metodologias e estratégias*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- Dilthey, W. *Introducción a as ciencias del espíritu*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- Echeverría, J. *Filosofía de la ciencia*. Madrid: Akal, 1995.
- Feyerabend, P. K. *Contra o método*. São Paulo: Unesp, 2007.
- Filoramo, G.; Prandi, C. *As ciências das religiões*. São Paulo: Paulus, 1999.
- Fourez, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Unesp, 1995.
- Hock, K. *Introdução à ciência da religião*. São Paulo: Loyola, 2010.
- Japiassu, H. *A crise da razão e do saber objetivo: as ondas do irracional*. São Paulo: Letras & Letras, 1996.
- Japiassu, H. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- Kuhn, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- Passos, J. D.; Usarski, F. *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2014.
- Popper, K. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972.
- Stengers, I. *D'une science à l'autre, des concepts nomades*. Paris: Seuil, 1987.
- Stern, F. L. A criação da área de avaliação ciências da religião e teologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Espaços: Revista de Teologia e Cultura*, v. 26, n. 1, p. 73-91, 2018.
- van Fraassen, B. C. *A imagem científica*. São Paulo: UNESP/Discurso Editorial, 2007.

### Como citar este artigo/How to cite this article

Passos, J. D. Teorias contemporâneas da religião: instituições e *ethos*. *Reflexão*, v. 48, e236987, 2023. <https://doi.org/10.24220/24476803v48e2023a6987>